

CORREIO BASTIDORES

POR
FERNANDO MOLICA

Marcos de Paula/Prefeitura do Rio



Batistério aberto pelo prefeito será palco de protesto

Ativistas de religiões afro fazem atos contra Eduardo Paes

Chegou a hora dessa gente do axé dar o troco a Eduardo Paes (PSD). Pelo menos dois atos públicos foram marcados para protestar contra atos e falas do prefeito carioca. Nesta sexta, o Movimento Umbanda Rio fará um evento no Jardim do Méier, na Zona Norte, onde Paes inaugurou, no último dia 13, um batistério público: um lagui-nho com cascata decorado com uma bíblia cenográfica destinado a evangélicos que queiram fazer batismos por imersão.

O protesto promete ser um culto às águas e a Oxalá. Os organizadores falam em direito de existir, de circular em espaços públicos e de professar sua fé em igualdade de condições com adeptos de outras religiões.

Batistério e a Universal

O batistério foi inaugurado com a presença do bispo Honorilton Gonçalves, um nome forte da Igreja Universal do Reino de Deus e ex-vice-presidente da Record. Há pouco mais de um ano, seu nome foi citado como pivô numa disputa de poder no Republicanos, partido ligado à Universal. Fundador da igreja, o bispo Edir Macedo participou do evento por videoconferência.

Reprodução/Redes sociais



Tata Tancredo, que criou cerimônias em praias

Estátua para o pai da festa

O outro ato ocorrerá no dia 11, em Copacabana. Umbandistas e candomblecistas querem que a prefeitura encomende e inaugure uma estátua de Tata (pai-de-santo) Tancredo da Silva Pinto. Na década de 1950, ele iniciou a tradição de cultuar Iemanjá em praias cariocas nas noites de 31 de dezembro. A reivindicação está ligada à decisão de Paes de, pela segunda vez, criar um palco gospel no Réveillon de Copacabana. Para praticantes de religiões de origem afro, isso desrespeita a tradição da festa.

Essa gente que protesta

Para piorar, ao responder a uma crítica do babalaô Ivanir dos Santos à criação do palco, o prefeito classificou seu comentário de preconceito “dessa gente”. Diante da repercussão negativa de suas palavras, Paes pediu desculpas, mas sua fala serviu de mote para a manifestação, que foi batizada com o nome de Ato Dessa Gente. Ivanir dos Santos está na organização.

Aposta 1

Quem conhece o prefeito, pré-candidato ao governo do Estado, aposta que ele, apesar de falastrão e do jeitão deixa-que-eu-chuto, vai procurar baixar a bola e prometerá construir a estátua de Tata Tancredo. Até porque a prefeitura vai inaugurar um parque temático para evangélicos, o Terra Prometida.

Rejeição

Detectada por todas as pesquisas, a permanência da polarização é avaliada como positiva pelo governo, principalmente se a pré-candidatura à Presidência da República do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) for mantida. O governo confia na manutenção da rejeição ao sobrenome do ex-presidente.

Alvo da direita

O problema é que o eventual lançamento de outras candidaturas de direita, como a do governador do Paraná, Ratinho Júnior (PSD), reforçará a linha de tiro contra Lula nos debates na TV. Até agora, o petista surge como único candidato da esquerda, já que o Psol não deverá lançar ninguém.

Dilema petista

Concentrar votos de praticamente toda a esquerda favorece a possibilidade de Lula ganhar a eleição no primeiro turno, mas o deixa mais exposto aos ataques de adversários — que podem combinar os golpes. Isso também limita a possibilidade de alianças caso a eleição venha a ser decidida na segunda e definitiva rodada.

Franco atirador

Além disso, há a possibilidade de a direita voltar a usar o expediente de lançar um candidato como Padre Kelmon, que entrou na disputa presidencial de 2022 com o único objetivo de atacar e provocar Lula. Até agora, o PT não conseguiu vislumbrar a oportunidade de ter uma versão de Kelmon à esquerda.

Aposta 2

Ainda na ressaca do Réveillon, o Planalto agora aposta no ato em que Lula vetará o projeto que facilita a vida dos condenados por golpismo. Acha que, dependendo do tamanho da confusão na direita e no Centrão, tem chance até de evitar a previsível derrubada do veto (o projeto passou com facilidade no Congresso).



Motta quer dar prioridade aos temas de segurança pública

Congresso: trabalhos só no primeiro semestre

Ano eleitoral deverá esvaziar Câmara e Senado após junho

Da Redação

As eleições gerais de 2026 devem afetar diretamente os trabalhos no Congresso Nacional. Deputados e senadores voltam às atividades em 1º de fevereiro, quando termina o recesso parlamentar.

Por conta das eleições, Câmara e Senado deverão ter suas atividades esvaziadas após junho.

Isso deverá produzir um primeiro semestre intenso no Congresso, uma vez que diversas pautas ficaram pendentes de votação ao final do ano de 2025.

O presidente da Câmara, Hugo Motta, diz que a perspectiva é de muitas votações. À Agência Brasil, Motta destacou o que considera ter prioridade.

“Eu penso que nós temos que entrar o ano discutindo essa pauta da segurança pública. Nós temos que colocar na ordem do dia e nas discussões essa questão da escala 6 por 1, da diminuição da carga horária de trabalho dos trabalhadores. Nós queremos conduzir isso com muito equilíbrio, escutando os dois lados, escutando os trabalhadores, escutando também os empresários, porque só tem trabalhador porque tem quem empregue”.

Câmara

Os deputados devem aprovar em 2026 o PL Antifacção, após mudanças feitas no Senado, e a PEC da Segurança Pública, que

prevê coordenação do governo federal para os esforços contra a criminalidade.

É esperada ainda a votação da regulação da inteligência artificial e a regulamentação dos data centers e do trabalho por aplicativos.

Senado

Já o Senado deve votar uma nova Lei do Impeachment, para redefinir os crimes de responsabilidade do presidente da República, dos governadores e dos ministros do STF. O tema deve avançar após a polêmica decisão liminar do ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes que suspendia a possibilidade de impeachment de ministros da Suprema Corte. A decisão foi revogada em dezembro.

Após aprovar uma PEC para impor o marco temporal das terras indígenas, considerado inconstitucional pelo Supremo, o Senado quer votar em 2026 a regulamentação da atividade de mineração nesses territórios.

Duas Comissões de Inquérito devem encerrar seus trabalhos já no primeiro semestre. A primeira é a CPMI do INSS, que apura descontos indevidos de aposentados por associações. A outra é a CPI do Crime Organizado no Senado, que investiga e busca soluções para enfrentar grupos criminosos.

Com informações da
Agência Brasil